



ORGANIZADORAS
CECÍLIA DREBES PEDRON
ALESSANDRA VACCARI
ESTER CAROLINE DA SILVA
VITÓRIA COLONETTI BENEDET
LARISSA LIMA DA SILVA
AMANDA DE ABREU GULARTE

DESAFIOS E REFLEXÕES DA COVID-19 DURANTE 2021

Coleção

Volume 2

www.ufrgs.br/levi

LABORATÓRIO DE ENSINO VIRTUAL EM ENFERMAGEM

LEV-1

Organizadoras

*Cecília Drebes Pedron
Alessandra Vaccari
Ester Caroline da Silva
Vitória Colonetti Benedet
Larissa Lima da Silva
Amanda de Abreu Gularte*

DESAFIOS E REFLEXÕES DA COVID-19
DURANTE 2021

Porto Alegre
UFRGS
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ENFERMAGEM

Reitor

Carlos André Bulhões Mendes

Vice-reitora

Patricia Pranke

Diretora da Escola de Enfermagem

Ana Maria Müller de Magalhães

Vice-diretora

Márcia Koja Breigeiron

Projeto Gráfico

Amanda de Abreu Gularte

Cecília Drebes Pedron

Diagramação

Cecília Drebes Pedron

Esta obra é o segundo volume da Coleção LEVi - Laboratório de Ensino Virtual em Enfermagem

<https://doi.org/10.29327/552347>

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

D441 Desafios e reflexões da COVID-19 durante 2021 / Cecília Drebes Pedron [et al.] - Porto Alegre: UFRGS, 2021. v. 2
161 p. : il. color.

(coleção: LEVi - Laboratório de Ensino Virtual em Enfermagem)

ISBN 978-65-5973-083-4.

DOI 10.29327/552347

1. Cuidados de Enfermagem. 2. Educação em Saúde. 3. Infecções por Coronavirus. I. Pedron, Cecília Drebes. II. Vaccari, Alessandra. III. Silva, Ester Caroline da. IV. Benedet, Vitória Colonetti. V. Silva, Larissa Lima da Silva. VI. Gularte, Amanda de Abreu. VII. Título.

CDU 614

CATALOGAÇÃO NA FONTE: AMANDA DE ABREU GULARTE CRB10/2500



Data de publicação: 08/04/2021

Por 100% dos profissionais da saúde vacinados e com EPIS!

Dra. Alessandra Vaccari

Enf. Waleska de Almeida Pereira

Enf. Sabrina dos Santos Pinheiro

<https://www.ufrgs.br/levi/enfa-sabrina-pinheiro/#page-content>

Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), em torno de 80% das pessoas com covid-19 (Corona Virus Disease) se recuperam da doença sem precisar de tratamento hospitalar. Entretanto, uma em cada seis pessoas infectadas pelo SARS-CoV-2 desenvolvem formas graves da doença. Pessoas idosas e/ou com morbidades, a exemplo de pessoas com problemas cardíacos e pulmonares, diabetes ou câncer, dentre outros, têm maior risco de evoluírem para formas graves da doença. É sabido que as medidas não farmacológicas para conter a transmissão do novo coronavírus, que apesar de terem sido fundamentais até o presente momento tem elevado custo social e econômico, tornando-se imprescindível dispor de uma vacina contra a doença¹.

A OMS também diz que, atualizado em 12 de janeiro de 2021, existem 173 vacinas COVID-19 candidatas em fase pré-clínica de pesquisa e 63 vacinas candidatas em fase de pesquisa clínica, das quais 20 encontram-se na fase III de ensaios clínicos. Mediante busca mundial de uma vacina COVID-19, o governo brasileiro viabilizou crédito orçamentário extraordinário em favor do Ministério da Saúde, para garantir ações necessárias à produção e disponibilização de vacinas COVID-19 à população brasileira. Por se tratar de uma busca mundial pela tecnologia, produção e aquisição do imunobiológico, a disponibilidade da vacina é inicialmente limitada¹.

Sabendo que as doses das vacinas são limitadas faz-se necessária a definição de grupos prioritários para a vacinação. Neste cenário os grupos de maior risco para agravamento e óbito deverão ser priorizados. Além disso, no contexto pandêmico que se vive, com a grande maioria da população ainda altamente suscetível à infecção pelo vírus, também é prioridade a manutenção do funcionamento da força de trabalho dos serviços de saúde e a manutenção do funcionamento dos serviços essenciais¹.

Os profissionais de saúde são fundamentais no enfrentamento da crise gerada pela pandemia, são os responsáveis pelos cuidados e tratamentos a população em geral, sendo assim é imprescindível garantir e priorizar o acesso deles a vacinação, visando uma redução no risco de desenvolver os sintomas da doença e passar de cuidador à Ser cuidado. O adoecimento da força de trabalho, isto é, dos profissionais de saúde da linha de frente é algo a ser considerado. O conceito que se defende é o de salvar a vida de quem pode salvar mais vidas, pois, sem profissionais capacitados, todos os pacientes – e não apenas aqueles com COVID-19 – sofrerão maior risco de mortalidade e terão anos de vida perdidos².

O Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 tem como objetivo principal a redução da morbimortalidade causada pelo novo coronavírus, bem como a manutenção do funcionamento da força de trabalho dos serviços de saúde e a manutenção do funcionamento dos serviços essenciais. Com isso, entendemos que vacinar trabalhadores da saúde para manutenção dos serviços de saúde e capacidade de atendimento à população é fundamental para garantir a assistência aos pacientes¹.

As Autoras acreditam que, em relação a vacinação, a prioridade é vacinar a maior quantidade de profissionais da saúde, buscando atingir a meta de 100% de profissionais da linha de frente vacinados, evitando o adoecimento severo e a incapacidade para a prestação de serviços; pois infelizmente essa ainda não é a realidade de todo o país. É sabido que a vacina minimiza os sintomas, porém precisamos estar atentos ao risco de transmissão para outras pessoas, ou seja, o profissional vacinado, provavelmente, se tiver sintomas será na forma leve, mas ele continuará transmitindo o vírus caso seja portador do mesmo.

Sendo assim, mesmo vacinados os profissionais da saúde não podem relaxar nas medidas preventivas do contágio, segue sendo imprescindível o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). É necessário para a qualificação da assistência e para o bem da saúde física e mental do profissional a permanente disponibilização desses materiais pelas instituições de saúde.

Entretanto, com o aumento dos números de pacientes em atendimento e/ou hospitalizados com a COVID-19 a escassez dos recursos virou um tema frequente de discussões entre gestores.

Como manter o padrão da qualidade da assistência?

Como garantir a saúde do profissional?

Como conseguir recursos humanos e materiais?

Questões difíceis de serem respondidas, mas que precisam ser garantidas para a permanência do atendimento aos pacientes.

Além de reforçarmos aqui a necessidade da vacinação para os profissionais da saúde, também recomendamos a manutenção do uso de EPIs por estes profissionais, estando vacinados ou não. Esta é uma questão central uma vez que dificuldades no acesso e uso de EPIs adequados contribuem para aumentar a exposição ao coronavírus entre os/as trabalhadores/as que podem contaminar pacientes, outros/as trabalhadores/as, familiares e comunidades. A garantia de condições seguras para o exercício profissional, com as barreiras físicas adequadas proporcionadas pelos EPIs é o ponto inicial, a condição sine qua non para a atividade de trabalho. Essa garantia não pode ser flexibilizada ou improvisada em nenhuma circunstância³.

Referências

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Informe técnico- Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid-19. Disponível em: https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2021/01/1611078163793_Informe_Tecnico_da_Campanha_Nacional_de_Vacinacao_contra_a_Covid_19-1.pdf Acessado em 20/03/2021.
2. SATOMI, Erika et al . Alocação justa de recursos de saúde escassos diante da pandemia de COVID-19: considerações éticas. Einstein (São Paulo), São Paulo, v. 18, eAE5775, 2020 . Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-45082020000100903&script=sci_arttext&lng=pt Acessado em 20/03/2021. Epub Apr 30, 2020. https://doi.org/10.31744/einstein_journal/2020ae5775.
3. BRASIL, Ministério da Saúde. Recomendações de proteção aos trabalhadores dos serviços de saúde no atendimento de COVID-19 e outras síndromes gripais. Disponível em: https://www.saude.gov.br/files/banner_coronavirus/GuiaMS-Recomendacoesdeprotecaotrabalhadore-COVID-19.pdf Acessado em: 20/03/2021.